



SUMÁRIO

Agradecimentos	15
Homenagem	19
Prefácio	21

Introdução, 25

Capítulo 1

Noções Propedêuticas, 35

1.1. Conhecimento científico, linguagem, verdade e método	36
1.2. Direito positivo e suas fontes: duas acepções possíveis	45
1.2.1. Acepção ampla	46
1.2.2. Acepção estrita	48
1.2.3. Reflexões sobre as fontes dos “direitos”	51
1.3. Considerações essenciais sobre o vocábulo “sistema”	55
1.3.1. Sistema do direito positivo e sistema da Ciência do Direito	55
1.3.2. Sistema e ordenamento	63
1.4. Norma jurídica	65
1.4.1. As espécies de normas jurídicas: regras e princípios	71
1.4.2. Rápida aproximação entre o direito, suas normas e os valores	76
1.4.3. Validade, vigência, eficácia e vigor.....	78
1.5. Evento, fato e incidência jurídica no processo legislativo das leis complementares	86

Capítulo II

Aspectos Fundamentais da Lei Complementar, 93

2.1. Considerações iniciais referentes à sua natureza e ao processo legislativo	94
2.2. Posição hierárquica da lei complementar	100
2.3. Invasão de competência: lei complementar <i>versus</i> lei ordinária	106
2.4. Lei complementar tributária no contexto do Estado federal brasileiro e no das competências concorrentes....	110
2.5. Lei complementar sobre normas gerais: veículo introdutor de normas jurídicas nacionais	123

Capítulo III

Funções da Lei Complementar no Sistema Constitucional Tributário, 127

3.1. Considerações preliminares	128
3.2. Empréstimos compulsórios	129
3.3. Imposto sobre grandes fortunas	130
3.4. Da competência tributária residual	132
3.4.1. Impostos residuais previstos no artigo 154, I da Constituição Federal	132
3.4.2. O artigo 195, parágrafo 4º da Constituição Federal: novas fontes para o custeio da seguridade social	136
3.5. Artigo 195, parágrafo 11 da Constituição Federal	138
3.6. Lei complementar e ITCMD	139
3.7. Lei complementar no ICMS	142
3.8. Lei complementar e ISS	146
3.9. Da lei complementar exigida pelo artigo 150, parágrafo 5º da Constituição Federal	150
3.10. Sobre o artigo 146-A da Constituição Federal	152

Capítulo IV

Normas Gerais em Matéria Tributária e as Teorias Desenvolvidas: Análise e Perspectiva, 159

4.1. Primeiras palavras	160
4.2. Perspectiva da teoria tricotômica e a tríplice função da “lei complementar”	162
4.3. Perspectiva da teoria dicotômica enquanto verdadeira corrente “monotômica”: função única da lei complementar	165
4.4. Comentários sobre as correntes dicotômica e tricotômica	169

Capítulo V

Funções das Normas Gerais e sua Plena Compatibilidade com a Constituição Federal, 173

5.1. Função primária	174
5.1.1. A ambigüidade da expressão “normas gerais” e os seus possíveis destinatários	177
5.2. Breve notícia sobre a função secundária das normas gerais em matéria tributária	182
5.3. Retornando à função primária da norma geral: “harmonização” e “delimitação” como suas facetas possíveis	183
5.4. Da adequação da proposta hermenêutica apresentada diante dos princípios federativo e da autonomia dos entes	187
5.4.1. Sobre o suposto conflito entre a regra do artigo 146, III da Constituição Federal e os princípios federativo e da autonomia: considerações adicionais	202

Capítulo VI

O Conteúdo das Normas Gerais a que se refere o Artigo 146, III da Constituição Federal, 207

6.1. As alíneas do artigo 146, III da Constituição Federal: rol exemplificativo	208
6.2. Exemplos de matérias típicas de normas gerais não expressamente veiculadas pelo artigo 146, III da Constituição	211
6.3. Definição de tributos e suas espécies, bem como dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos: artigo 146, III, “a” da Constituição Federal.....	214
6.3.1. Sobre as normas gerais que definem taxas e contribuições de melhoria	220
6.3.2. Lei complementar, normas gerais e contribuições	224
6.3.2.1. A Lei Complementar n. 70/91 e a sua correlação com posteriores legislações ordinárias	227
6.3.2.1.1. Menção ao contexto histórico em que foi editada a Lei Complementar n. 70/91	227
6.3.2.1.1.1. Revogação da isenção das sociedades prestadoras de serviços	230
6.3.2.1.1.2. Revogação da isenção das instituições financeiras	233
6.4. Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários (art. 146, III, “b” da CF)	237
6.4.1. Alguns aspectos importantes da Lei Complementar n. 118/2005 relativos à prescrição	246
6.5. Adequado tratamento tributário ao ato cooperativo (art. 146, III, “c” da CF)	253

6.6. Emenda Constitucional n. 42/2003 e Lei Complementar n. 123/2006 (art. 146, III, “d” da CF)	257
6.7. Normas gerais em matéria tributária e resoluções do Senado	263

Capítulo VII

Lei Complementar e Conflitos de Competência, 267

7.1. O artigo 146, I da Constituição Federal	268
7.2. Conflitos de competência resolvidos por norma geral	270
7.2.1. Exemplo da Lei Complementar n. 116/2003 como veiculadora de normas gerais que evitam conflitos entre Municípios	270
7.2.2. Conflitos entre Estados	275
7.2.3. Conflitos de competência entre Municípios e Estados	282
7.2.3.1. Serviços de transporte	282
7.2.3.2. Prestação de serviço acompanhada de fornecimento de mercadorias e as previsões das Leis Complementares ns. 116/2003 e 87/96.....	285
7.2.3.3. O caso dos <i>softwares</i>	288
7.2.4. Conflitos de competência entre Municípios e União	290
7.2.5. Exemplo de normas gerais do Código Tributário Nacional que previnem conflitos de competência: o caso do IPTU e do ITR	294
7.2.5.1. Normas gerais destinadas à União que previnem conflitos de competência	298

7.3. Conflitos de competência não podem ser resolvidos por lei complementar não instituidora de norma geral	300
7.4. Ainda sobre o relacionamento das normas gerais com os conflitos de competência	301
7.5. Da discussão doutrinária acerca da real possibilidade de existência de “conflitos de competência”	303

Capítulo VIII

Lei Complementar e Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, 309

8.1. Esclarecimentos iniciais: limitações em sentido amplo e em sentido estrito	310
8.2. Normas gerais de direito tributário e o seu papel diante das limitações formais e substanciais ao poder de tributar	311
8.3. Regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar em sentido estrito	315
8.3.1. Regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar por meio de norma geral: as imunidades condicionadas	317
8.3.2. Regulamentação das limitações constitucionais ao poder de tributar por meio de lei complementar não veiculadora de norma geral	322
8.3.2.1. O caso do artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal	323
8.3.2.2. Artigo 154, parágrafo 3º da Constituição Federal	327

Capítulo IX

Normas Gerais, Segurança Jurídica e Direitos Fundamentais, 331	
9.1. Segurança jurídica	332
9.2. Segurança jurídica, sistema tributário, unidade e normas gerais	336
9.3. Normas gerais como elementos de implementação de certeza e igualdade	337
9.4. Normas gerais e coerência	341
9.5. Novamente sobre a segurança jurídica e as normas gerais em matéria tributária	344
9.6. Normas gerais e direitos fundamentais	347
Conclusão	353
Refêrencias Bibliográficas	359